

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SABERES EM CIRCULAÇÃO NAS AULAS DE HISTÓRIA: UM OLHAR SOBRE AS REGÊNCIAS DE LICENCIANDOS EM ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Maria Aparecida da Silva Cabral

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

cidacabral4567@gmail.com

Resumo

Almejamos trazer para o debate os processos formativos iniciais de professores desta área de conhecimento, a partir da seleção de estudo de caso, em um curso de licenciatura, de uma instituição pública de ensino superior, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro. Nossa atenção, volta-se à aula produzida pelo licenciando, sujeito em formação, para alunos do ensino médio, interrogando-nos sobre as seleções realizadas por ele quanto ao tema, aos materiais e narrativas produzidas no ato da aula, visando compreender duas dimensões, por vezes opostas, no campo da História: historiografia e história escolar. Para isso, selecionamos como fontes documentais textos prescritivos que orientam a realização do currículo do Estado do Rio de Janeiro, bem como as produções de planos de aulas, sequências didáticas, escolhas de temas etc, elaborados pelos licenciandos sob a supervisão do professor da universidade, que o acompanha nesse estágio. Como resultados parciais, destacamos a importância do aprimoramento da parceria entre os profissionais que atuam na educação básica e os professores da universidade, além da necessidade de (re)significação do lugar da prática docente nas Licenciaturas em História.

Palavras-chave: formação de professores; ensino de história; estágio supervisionado

Introdução

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, que institui a Base Nacional Comum de Formação de Professores (BNC-Formação)¹, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o tema da formação de professores no Brasil novamente ganha espaço nas discussões acadêmicas, sociais e entre os gestores de políticas públicas municipais e estaduais.

Ao ser tratada como um assunto estratégico de Estado porque articula-se a um projeto de nação e seu desenvolvimento, a formação de professores no início do século XXI vem sendo considerada um pilar importante na qualidade da educação, como mostram as diversas

¹ Ver Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em [rcp002_19 \(mec.gov.br\)](http://www.mec.gov.br/rcp002_19). Acesso em 01 jul. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ações e programas institucionais com apoio de Instituições de Ensino Superior e financiadas por agências de fomento - a exemplo do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), Residência Pedagógica (RP) e demais iniciativas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - que objetivam aperfeiçoar a formação prática nos cursos de licenciatura com a inserção de licenciandos no espaço escolar no caso do PIBID e da RP, além de garantir aos docentes em exercício na rede pública uma formação acadêmica, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394/1996.

Nessa direção, investigamos uma das práticas construídas no âmbito do Estágio Supervisionado III, no Curso de Licenciatura em História, Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro FFP/UERJ, que é o planejamento e desenvolvimento da atividade *Prova de aula* (regência) pelo licenciando, sob a supervisão dos professores que o acompanham na Universidade e na escola, a ser ministrada para os estudantes entre 2018 e 2019. Objetiva-se compreender as mediações que são realizadas por licenciandos entre os conteúdos específicos em História e os da Educação na produção de tal atividade. Para isso, alguns questionamentos são apresentados: Que saberes do campo do ensino apreendidos ao longo do curso são mobilizados no planejamento dessa atividade que se destina ao público escolar? Que conceitos e conteúdos do campo da História e Educação selecionam como fundamentais para a abordagem do conteúdo a ser ministrado? Que estratégias de transmissão valorizam? Recorrem a algum conhecimento tácito, ou seja, do campo da experiência?

A análise será realizada a partir de documentos produzidos pelos próprios licenciandos nas disciplinas de Estágio Supervisionado, com o foco na realização da *Prova de aula* ministrada em turmas de ensino fundamental e médio, nas escolas públicas estaduais do município de São Gonçalo, local onde está situada a Faculdade de Formação de Professores, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, visando a compreensão dos saberes, estratégias e conhecimentos mobilizados na produção de aula de história voltada ao público escolar.

Nesta pesquisa, fazemos usos dos conceitos e categorias do campo da Educação (saberes docentes, currículo, cultura escolar) e da História (representações, cultura histórica, experiência) na tentativa de focalizar os processos de autoria compartilhada do licenciando

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

na preparação dessas aulas. Entendemos a produção do saber como uma ação sistematizada do sujeito, que responde ou não a uma demanda social, instigada por desafios.

Organizamos a discussão em três partes, a saber: a primeira delas trata dos dilemas e desafios na formação do professor de História com ênfase na especificidade dessa discussão no campo da História; a segunda aborda o lugar das disciplinas voltadas à formação de professores na referida área de conhecimento, num curso em que a tradição teórica e a pesquisa são fortemente marcadas pela erudição, e, por último problematiza-se as práticas desenvolvidas no âmbito do Estágio Supervisionado, a partir da análise de um estudo de caso, em uma IES pública no Estado do Rio de Janeiro.

A formação inicial do professor de História: dilemas e desafios

Nos últimos anos no Brasil, a formação inicial de professores também tem sido um objeto recorrente de investigações acadêmicas no campo da Educação (ANDRÉ, 2010; GATTI, 2017) e mais recentemente na História (DIAS, 2013; FREITAS, 2013, MONTEIRO, 2013). A partir dos debates dos anos de 1990, que embasaram a proposição das Resoluções números: 1 e 2/2002, do CNE, os cursos de licenciaturas sofreram modificações significativas em seus currículos, visando à preparação de futuros professores para os desafios contemporâneos no âmbito educacional.

A pesquisadora Caroline Pacievitch (2018, p. 15-16) destaca em um trabalho recente sobre a formação de professores de História no Brasil, que este tema tem sido recorrente nas investigações do campo do ensino de História há pelo menos vinte anos, o que evidencia a sua importância entre professores e historiadores. No momento em que no Brasil a questão da formação de professores é objeto de reformas educacionais em duas legislações: Res. n. 1 e 2, de 2002 e Res. 2, de 2015, a autora mostra um aumento entre 2006 e 2015 de investigações que tratam dessa questão.

No século XXI, a discussão das reformas em torno da formação dos professores no campo da História tem sido pautada pelo desafio de superar “a tradição academicista”, compreendida aqui por nós como privilegiamento dos conteúdos teóricos das disciplinas ensinadas no interior dos cursos de História, em detrimento à formação pedagógica. Preocupados com questões acerca do ensino de história, especificamente, sobre a temática

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da formação de professores no campo da História, Dias e Freitas (2013), em um artigo recente, publicado na *Revista História Hoje*, enumeram alguns dos desafios apontados historiadores, Dentre estes, destacam-se a desarticulação os conhecimentos tidos como específicos à formação do historiador e os de configuração educacional, que muitas vezes não se articulam entre si, uma preponderância do conteúdo factual em detrimento aos saberes curriculares, pouca importância a tudo que se relação ao ensino de história, em cursos historicamente prestigiados e, por fim separação entre a cultura histórica e a didática da história.

Ana Maria Monteiro (2013, p. 19) ao considerar a formação de professores como um “terreno contestado”, elenca um conjunto de tensões e embates a serem observadas em diversas situações. Segunda a autora, nas “disputas que se desenvolvem no interior das instituições universitárias, entre as diferentes comunidades disciplinares e aquelas da área educacional, pela liderança/ hegemonia dos projetos e atividades de formação docente” (Idem, p. 21).

Uma outra questão bastante relevante que precisa ser lembrada nos processos formativos de docentes é a necessidade do enfrentamento das problemáticas oriundas no espaço escolar, ou que estão presentes nele, a exemplo dos conflitos sociais, em razão da diversidade do público que o frequenta, levando professores iniciantes ao questionamento sobre a qualidade da formação realizada. Para Monteiro (2013, p. 22),

Do ponto de vista dos professores, principalmente dos iniciantes, críticas também são apresentadas. A formação recebida é questionada por não os preparar adequadamente para o enfrentamento dos desafios do cotidiano das escolas, nas quais encontram crianças e adolescentes de diferentes contextos sociais e culturais, muitos deles oriundos de áreas de violência ou de desagregação familiar. Questionam a formação que não os preparou adequadamente para atuar na prática em virtude de uma formação eminentemente teórica. A dicotomia teoria/prática é denunciada nessas críticas, indicando um dos problemas ainda a serem superados.

Observa-se que desde 2002 no campo da legislação educacional há a tentativa de integração dos conhecimentos das áreas específicas com os pedagógicos, além da introdução de questões relacionadas à profissionalização, como uma forma de superar o denominado modelo 3+1. Pode-se afirmar que, essa prescrição apresenta um efeito imediato que é o da ampliação da carga horária destinada ao Estágio Supervisionado, bem como às práticas e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

metodologias de ensino. Ainda assim, jovens professores quando ingressam na escola básica, ao se depararem com as questões de dificuldades dos alunos na compreensão do conhecimento histórico, afirmam que sua formação não os preparou para lidar com tais adversidades, conforme frisa Monteiro (2013) em suas pesquisas acerca da formação inicial docente.

Na Res. n. 02, de 01 de julho de 2015², a articulação entre o Ensino Superior e a Educação básica é explicitada como uma necessidade, sendo entendida como um caminho possível para a superação da fragmentação das políticas públicas educacionais e conseqüentemente a sua desarticulação. A instituição do Sistema Nacional de Educação, bem como o seu fortalecimento são (con)formados por meio de relações de cooperação entre todos envolvidos nesse processo. A legislação supracitada enfatiza que:

o projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar: I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido; IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos; V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras); VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

O lugar das disciplinas voltadas à formação de professores em História

A discussão da formação dos professores de História tem se tornado cada vez mais presente entre os professores-pesquisadores que atuam na supervisão/orientação do estágio supervisionado nos cursos em licenciatura em História, o que nos permite afirmar que esse tema tem ganhado força e importância nas investigações no campo da História, uma vez que

² A partir do ano de 2016 muitas IES fizeram reformas curriculares com vistas a atender a essa legislação, explicitando em seus projetos de curso a articulação com a educação básica.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

propõe pensar as conexões entre formação do historiador e do professor em tempos de crise da Humanidades e ataque às instituições democráticas.

O trabalho de Monica Martins da Silva (2018, p. 87) aborda o estágio supervisionado em História como um espaço privilegiado para a pesquisa, a partir de análise de sua inserção como professora/supervisora desse componente curricular no curso de licenciatura na Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com o Colégio de Aplicação dessa mesma instituição de ensino superior. Segundo a autora, é no estágio supervisionado que o licenciando pode estabelecer conexões entre a teoria e a prática, com as diversas possibilidades de experimentações didáticas, destacando ainda o papel da escola nesse processo formativo.

A experiência do estágio supervisionado também é objeto de reflexão de Alessandra Carvalho e Warley da Costa (2021, p. 198), que o compreendem como um lugar privilegiado na conformação da identidade do professor de história, espaço potente para a problematização das questões sociais e epistemológicas constituintes do fazer docente, focalizando a relação entre o licenciando e professor da educação básica, a partir da análise da experiência da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e seu Colégio de Aplicação - CAP/UFRJ.

A prática do estágio supervisionado em ensino de História no curso de Licenciatura dessa área de conhecimento, da Faculdade de Formação de Professores foi analisada em um texto nosso, contando com a parceria de duas professoras, que atuam nos componentes curriculares voltados à prática profissional no campo da História. Nessa discussão, pudemos refletir um pouco sobre as etapas do estágio, nosso papel como professoras/supervisoras e sobre o momento da imersão do licenciando no espaço da sala de aula (CABRAL, M.A. S; NAZARETH, F. ; SANTIAGO, A.M. A., 2020).

Compreender o lugar dos estágios supervisionados nos currículos de licenciatura em História implica em dois movimentos imprescindíveis e articulados entre si, o primeiro é que estes podem ser transformados em espaços potentes para que os licenciandos questionem a relação entre a universidade, escola e docência, e o segundo trata da revisão dos pressupostos teóricos e metodológicos, que dão sentido à formação de professores, subjacente nos embates e tensionamentos políticos na clássica organização dos cursos de História no Brasil.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Essa questão não é recente e nos leva a pensar nos modos e processos de configuração áreas do conhecimento de História e de Educação, materializadas em diversas tradições formativas de professores. No caso específico da formação do professor de História podemos considerar três momentos marcantes na configuração dos cursos superiores, a saber: a criação das Universidades no Brasil, a partir dos anos 1930, cuja centralidade das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras incide diretamente em uma concepção de formação de professores; a Reforma Universitária de 1968, que departamentaliza as áreas de conhecimentos, estruturando-as em Institutos e Faculdades, instituindo a tradição disciplinar e a curricular em relação à formação de professores e o início do século XXI, em que a discussão sobre a necessidade de integração entre os diversos campos epistemológicos que formam os professores para a educação básica, adquire destaque.

É a partir dos Estágios Supervisionados que os licenciandos fazem uma imersão na instituição escolar. Sobre esse ponto, algumas reflexões podem ser realizadas acerca de sua importância na formação do professor, sendo apontadas por Regina Pereira e Rosilene Pereira (2012, p.94), no trecho abaixo:

O espaço do estágio deve possibilitar uma produção de conhecimento que não se limite a simples transferência e “aplicação” de teorias ou de conteúdos, mas que seja o eixo de articulação entre teoria-prática, entre os conteúdos dos cursos de formação de professores e o conhecimento da realidade da sala de aula da escola básica.

O estágio transforma-se em um lugar privilegiado para a convergência de múltiplos saberes, oriundos da universidade, da sala de aula e do próprio campo de experiências trazidas e compartilhadas por licenciandos em situação formativa. Nessa perspectiva, a escola é entendida como uma instituição viva, que vem se tornando corresponsável pela formação do professor, ao mesmo tempo em que aponta demandas para o local de formação desse profissional.

A experiência dos Estágios Supervisionados em História

No atual currículo da Licenciatura em História da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, quatrocentos e vinte horas deste curso estão destinadas a esses estágios, sendo ofertados em quatro componentes curriculares: I, destinado à realização de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

atividades no ambiente escolar, II e III voltados a observação, monitoria e práticas em turmas do Ensino Fundamental e do Médio, na disciplina de História e o IV, direcionado aos espaços educativos não formais, como Museus, Casas de Abrigo etc.

Nos Estágios Supervisionados II (2 ciclo do Ensino Fundamental) e III (Ensino Médio) os licenciandos cumprem 60% da carga horária no espaço escolar, especificamente, na sala de aula, contando com o acompanhamento do professor da educação básica. Antes da imersão no ambiente escolar há um investimento em leituras sobre currículo, legislação escolar e materiais didáticos, visando o entendimento da especificidade da cultura escolar, bem como da construção do conhecimento histórico e de seus objetivos na educação básica.

A cultura escolar, a partir da conceituação de Dominique Julia, é mobilizada como uma categoria chave para a leitura da especificidade das práticas escolares produzidas (na) e (para) a escola, com o objetivo de formar crianças, adolescentes e jovens, preparando-os para o convívio em uma sociedade urbana e letrada, sendo usada em nossas investigações a respeito da especificidade do processo de escolarização.

Vale a pena destacar que o estágio é um componente curricular na formação de professores, tendo como ponto central a tentativa de articulação entre a teoria e a prática. É por meio do estágio supervisionado que podemos estudar os saberes pedagógicos, a socialização profissional, o uso didático de novas tecnologias digitais de informação e comunicação.

O estágio possibilita ao licenciamento o exercício da observação crítica das práticas construídas na sala de aula, reflexão crítica e reorganização das suas ações para o alcance da melhoria da educação básica. Ele é antes de mais nada um campo de conhecimento que se produz na interação entre os cursos de formação e o campo social.

O que estamos propondo é pensar a prática como práxis, isto é, um processo de reflexão, que é desconstruído e reconstruído, levando a uma orientação da realidade escolar. A aula de história produzida pelo licenciando é uma proposição autoral, se fazendo a partir de múltiplas influências; advém do campo da experiência, das representações que este constrói do público escolar e da formação adquirida na Universidade, oriundo tanto do campo do conhecimento específico, quanto do campo da educação.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Figura 1: A produção de uma aula



Fonte: (autora), 2021

A experiência da observação em turmas nas salas de aula e o convívio com os professores de educação básica, que assumem a tarefa de acolher, orientar e supervisionar tarefas no âmbito da sala de aula, também contribuem para que esse licenciando reveja posições e teça novos olhares a respeito do que é o espaço escolar, como se organiza, isto é, a partir de quais parâmetros sociais e legais, e, principalmente, a sala de aula.

Até que haja o momento da exposição didática, o licenciando combina com o regente da disciplina o tema da aula, decidindo conjuntamente dia, horário e ano de escolaridade. Também nos avisa para o acompanhamento da produção do plano de aula, com explicitação do roteiro e definição do dia da atividade.

Especificamente, na **produção do plano de aula** que o licenciando envia ao professor com certa antecedência para avaliação, é possível ajustes do mesmo, destacando diversos aspectos mobilizados pelo futuro docente. Trata-se de uma construção do licenciando a partir de diálogos travados com diversos sujeitos: professor da universidade

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que o acompanha no estágio, professor da educação básica, e, em alguns casos, com os professores orientadores ou das disciplinas específicas do curso na universidade, ou seja, é uma apropriação de saberes durante o curso, mas não só dele, pois em alguns casos mobiliza-se saberes da experiência de vida como a seleção da memória.

Expectativas são projetadas em torno do que os alunos devem aprender em História, por quê e para quê. É nesse momento ainda que os licenciando se veem obrigados a pensar acerca das diversas possibilidades de abordagem de um tema (acontecimento histórico), que materiais podem utilizar, que questionamentos devem fazer para os alunos da educação básica, que conexões podem estabelecer com as questões do tempo presente, e que atividades devem preparar a partir de sua exposição, lidando com a complexidade do fazer docente. Há um momento reflexivo sobre a linguagem e a comunicação.

A aula do licenciando é resultado de múltiplos diálogos e apropriações realizadas por meio das leituras feitas, das escritas produzidas e das vivências no espaço da universidade e da escola e para além destes. Essas escritas são marcadas pelas conexões com a cultura escolar, a cultura escrita, a cultura profissional docente, além da cultura histórica (usos do passado). Um dilema é a adequação do que precisa ser tratado (conteúdo histórico) no tempo determinado, cronometrado pela hora/aula do currículo escolar.

As produções escritas como planos de aulas, roteiros da aula expositiva e relatórios acerca da experiência do estágio em escolas são marcados pelas normas institucionais, mas não só elas, são registros do vivido, apontando para aspectos fundamentais do cotidiano escolar. Possibilitam ainda a reflexão dos atos do fazer docente, pois é preciso indagar sobre as maneiras concretas de escrever. São entendidas por nós como escritas ordinárias porque se referem a pessoas e práticas comuns. Outra dimensão não menos relevante é refletir sobre a escola como um lugar onde são produzidos muitos textos, por isso, é um local privilegiado da cultura escrita.

Considerações finais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Um dos objetivos da nossa discussão é provocar o debate sobre a importância do estágio nos cursos de formação de professores de História, problematizando o seu lugar em um Curso de Licenciatura em História. A imersão no espaço escolar, a produção/preparação de uma aula são vivências que podem instigar outros modos de pensar o fazer docente e o ensino de história. Trata-se de um momento, do nosso ponto de vista, privilegiado para o exercício da profissão docente, pois envolve processos de autoria por parte do licenciando, leituras/compreensão do espaço escolar, principalmente, da sala de aula, isto é, como se organizam. Aprende-se os sentidos do que é ensinar e aprender história para adolescentes e jovens em situação de escolarização.

A regência ou aula é uma das etapas/atividades do estágio em escolas que tem por objetivo proporcionar ao licenciando aprendizagens quanto à seleção de conteúdos, organização de um roteiro para a exposição didática, possibilitando que o mesmo compreenda que o trabalho docente envolve diversas ações: que vão desde o planejamento com o estabelecimento dos objetivos a serem alcançados em relação às informações históricas, formas de atingi-lo, seleção de temas e suas problematizações por meio da metodologia selecionada, materiais didáticos até o processo avaliativo.

Em uma aula de História, ainda que os licenciandos não se deem conta da complexidade dessa operação, muitas ações são realizadas como o recorte do tema, a abordagem e a adequação do discurso para o público escolar. A aula é compreendida como experimentos do fazer docente, uma espécie de vivência do "estar professor" em uma sala de aula. As regências dos licenciandos são atividades previstas em disciplinas destinadas à preparação profissional, apontam para questões relevantes acerca dos saberes em circulação nos cursos de licenciatura e os modos como estes são apropriados por esses licenciados.

Referências bibliográficas

ANDRÉ, M. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010

CABRAL, M. A. S. **Formação inicial de professores:** desafios e perspectivas da prática em estágio supervisionado na Licenciatura em História. Rio de Janeiro, 2019. Projeto de Pesquisa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

_____. NAZARETH, F.B; SANTIAGO, A. M. A complexa relação entre a teoria e a prática na formação do professor de história: o papel dos estágios supervisionados. In: FONTOURA, H. A; MOREIRA, S. L. (orgs). **Experiências partilhadas de formação docente:** estágios e outras práticas na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) Niterói : Intertexto, 2020, p. 168-179.

CARVALHO, A. ; COSTA, W. O estágio supervisionado como espaço de formação docente: escola e universidade em diálogo. GABRIEL, C. T; MARTINS, M. L. (orgs.) **Formação docente e currículo:** conhecimentos, sujeitos e territórios. Rio de Janeiro, Ed. Mauad X, 2021, p. 197-210.

GATTI. B. A. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. nº1 jan./jun. p. 9-43, 2001.

MONTEIRO, A. M.. Formação de professores: entre demandas e projetos. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 3, p. 19-42, 2013.

PACIEVITCH, C. Formação de Professores no Brasil: um panorama de pesquisas. **Múltiplas vozes na formação de professores de História**. Porto Alegre: EST Edições, 2018. p. 11-28.

PEREIRA, R. C.B; PEREIRA, R.O.P. O estágio supervisionado no contexto da formação de professores. In: CALDERANO, M. A. **Estágio Curricular:** concepções, reflexões teórico-práticas e proposições. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2012, p. 21-33.

SILVA, M. M. O estágio supervisionado em História como espaço de experiências de ensino e pesquisa. In. GIL. C. Z.V. ; MASSONE, M.R. (org.). **Múltiplas vozes na formação de professores de História**. Porto Alegre: EST Edições, 2018. p. 11-28.

OLIVEIRA, M. D; FREITAS. I. Desafios da formação inicial para a docência em História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 3, p. 131-147, 2013.